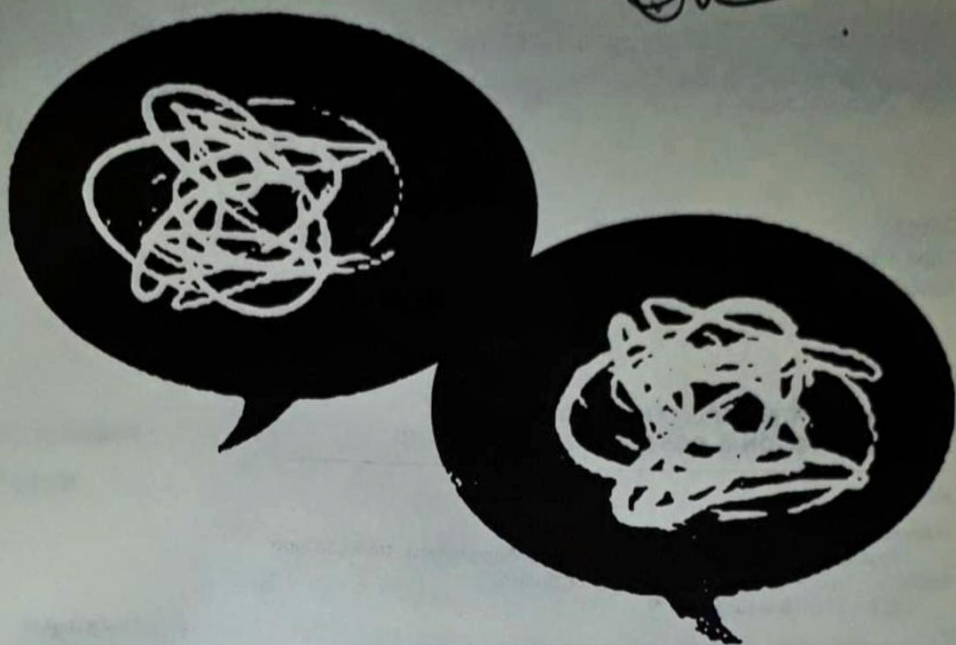


DOMINIQUE MAINGUENEAU

oll



Discurso e análise do discurso

TRADUÇÃO Sírio Possenti

π
parábola

Título original: *Discours et analyse du discours — Introduction*

Dominique Maingueneau, 2014

© Editions Armand Colin, Paris 2014. Armand Colin est une marque de DUNOD Éditeur - 5, rue Laromiguière - 75005 PARIS.

ISBN: 978-2-200-28996-6

Direção: ANDRÉIA CUSTÓDIO

Capa e diagramação: TELMA CUSTÓDIO

Revisão: KARINA MOTA

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

M191D

Maingueneau, Dominique

Discurso e análise do discurso / Dominique Maingueneau ; tradução Sírio Possenti. - 1. ed. - São Paulo : Parábola Editorial, 2015.

192 p. ; 23 cm (Linguagem ; 64)

Tradução de: *Discours et analyse du discours: introduction*

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-7934-103-8

1. Análise do discurso. 2. Linguística. I. Título. II. Série.

15-22913

CDD: 401.41

CDU: 81'42

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Dr. Mário Vicente, 394 - Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-103-8

1ª edição - 1ª reimpressão: fevereiro de 2017

© da edição brasileira: Parábola Editorial, São Paulo, julho de 2015

Sumário

Apresentação.....	7
Prefácio.....	9

PARTE I

Estudos de discurso e análise do discurso

1. Alguns elementos de história.....	15
1.1 • Convergências e hibridações.....	15
1.2 • Na França	18
2. A noção de discurso	23
2.1 • Para os linguistas.....	23
2.2 • Fora da linguística.....	24
2.3 • Teoria do discurso e análise do discurso	30
3. Discurso, texto, <i>corpus</i>	35
3.1 • Um discurso para cada texto?	35
3.2 • Três eixos principais	37
3.3 • Texto e <i>corpus</i>	39
4. As disciplinas do discurso.....	43
4.1 • As abordagens.....	44
4.2 • Das abordagens às disciplinas.....	45
4.3 • Os limites do recorte por disciplinas	48
5. Uma análise crítica?	53
5.1 • Análise da linguagem e crítica	54
5.2 • Diversos tipos de análise crítica	57

PARTE II

As unidades da análise do discurso

6. As unidades tópicas.....	65
6.1 • Gêneros e tipos de discurso.....	66

6.2 • A valência genérica	70
6.3 • Os agrupamentos por fonte	74
6.4 • As singularidades textuais	78
7. As formações discursivas	81
7.1 • Nas origens da formação discursiva	81
7.2 • Formações discursivas de identidade	83
7.3 • Formações discursivas temáticas	86
7.4 • Temas e chaves: o pré-construído e o inédito	91
7.5 • Formações discursivas plurifocais	92
8. Percursos e registros	95
8.1 • Os percursos	95
8.2 • Os registros: recursos para a análise do discurso	99
8.3 • Procedimento integrador e procedimento texto-analítico	101

PARTE III

O universo do discurso

9. Unidade e diversidade	107
9.1 • A diversidade genérica	107
9.2 • Regime instituído, regime conversacional	112
10. Gênero de discurso e cena de enunciação	117
10.1 • A cena de enunciação	117
10.2 • Os modos de genericidade	126
10.3 • Os hipergêneros	128
11. Enunciação presa e enunciação destacada	131
11.1 • A enunciação aforizante	131
11.2 • Enunciação destacada	135
12. O espaço do discurso	139
12.1 • Pertencimento paradoxal	140
12.2 • A hierarquia dos gêneros	143
12.3 • A atopia	145
12.4 • Outros problemas	146
13. O discurso e seus traços	149
13.1 • Dois tipos de traços	149
13.2 • A memorabilidade	151
13.3 • Um arquivamento generalizado	155
14. Novas textualidades	159
14.1 • A multimodalidade	159
14.2 • A Web	161
14.3 • As três formas de textualidade	165
15. Comunicações de terceiro tipo	169
15.1 • Conversação e postagens	170
15.2 • Novas situações de comunicação	172
15.3 • Locutores problemáticos	175
Conclusão	179
Bibliografia	183

A noção de discurso

A INSTABILIDADE do campo da análise do discurso encontra correspondência na própria noção de discurso. Nenhuma obra de introdução esquece, aliás, de demorar-se neste ponto, seja para deplorá-lo, seja para celebrá-lo. Circunstância agravante, “discurso” se emprega de duas maneiras:

1. como substantivo *não contável* (“isto deriva do discurso”, “o discurso estrutura nossas crenças”...);
2. como substantivo *contável* que pode referir acontecimentos de fala (“cada discurso é particular”, “os discursos se inscrevem em contextos”...) ou conjuntos textuais mais ou menos vastos (“os discursos que atravessam uma sociedade”, “os discursos da publicidade”...).

Tal polivalência permite que “discurso” funcione, ao mesmo tempo, como referindo objetos empíricos (“há discursos”) e como algo que transcende todo ato de comunicação particular (“o homem é submetido ao discurso”). Isto favorece uma dupla apropriação da noção: por teorias de ordem filosófica e por pesquisas empíricas sobre o funcionamento dos textos.

2.1 • Para os linguistas

Para os linguistas, que opõem tradicionalmente o sistema linguístico a sua atualização em contexto, o discurso é comumente

definido como “o uso da língua” (ver, por exemplo, Gee [2005: IX] ou Johnstone [2008: 3]). Alguns acrescentam a isso uma dimensão comunicacional, como B. Paltridge (2006: 2), para quem o discurso é “a linguagem além da palavra, do grupo de palavras e da frase”, agenciado de maneira a que a “comunicação alcance êxito”.

Mais precisamente, em linguística, “discurso” entra em três oposições principais: entre *discurso* e *frase*, entre *discurso* e *língua* e entre *discurso* e *texto* (abordaremos esta última distinção no próximo capítulo).

- Quando se opõe *discurso* e *frase*, o discurso é considerado como uma unidade linguística “transfrástica”, isto é, constituída de um encadeamento de frases. Vimos que é neste sentido que Harris (1952) pôde falar de “*discourse analysis*”. É também nessa interpretação de “discurso” que se apoiam hoje os pesquisadores que, em uma perspectiva cognitiva, se interessam pela maneira pela qual um enunciado é interpretado apoiando-se em enunciados anteriores e posteriores. Mas este não é o emprego mais frequente de “discurso”.
- A oposição entre *discurso* e *língua* pode ser apreendida de diversas maneiras, mas todas elas opõem a língua concebida como sistema a seu uso em contexto. Encontra-se aqui, em certos aspectos, a dupla “língua”/“fala” do *Curso de linguística geral* de F. de Saussure.

A noção de “*language in use*”, frequente na literatura anglófona como paráfrase de “discurso”, associa estreitamente as duas oposições que acabamos de destacar: *textual* (discurso *vs.* frase) e *contextual* (discurso *vs.* língua):

O discurso é frequentemente definido de duas maneiras: um tipo particular de unidade linguística (além da frase) e uma focalização sobre o uso da língua (Schiffrin, 1994: 20).

2.2 • Fora da linguística

As acepções de “discurso” ancoradas nas ciências da linguagem interagiram com certo número de ideias provindas de correntes teóricas que atravessam o conjunto das ciências humanas e sociais: a filosofia da linguagem ordinária (L. Wittgenstein) e a teoria dos atos de fala (J. L. Austin, J. R. Searle), a concepção inferencial do sentido (H.

P. Grice), o interacionismo simbólico (G. H. Mead), a etnometodologia (H. Garfinkel), a escola de Palo Alto (G. Bateson), o dialogismo de M. Bakhtin, a psicologia de L. Vigotsky, a arqueologia e a teoria do poder de M. Foucault, ele próprio integrado a uma corrente identificada nos Estados Unidos com o nome de "pós-estruturalismo", em que é associado a pensadores como J. Derrida, G. Deleuze, J. Lacan, E. Laclau, J. Butler... A noção de discurso entra igualmente em ressonância com certas correntes construtivistas, particularmente a sociologia do conhecimento de P. L. Berger e T. Luckmann, autores de *A construção social da realidade* (1966).

Quando se fala de "discurso", ativa-se, assim, de maneira difusa, um conjunto aberto de *leitmotiven*, de ideias-força:

O discurso é uma organização **além da frase**

Isto não quer dizer que todo discurso se manifeste por sequências de palavras de dimensões obrigatoriamente superiores à frase, mas que ele mobiliza estruturas *de outra ordem*, diferentes das da frase. Um provérbio ou uma proibição como "Proibido fumar" são discursos, formam uma unidade completa, embora sejam constituídos por uma única frase. Os discursos, quando são unidades transfrásticas, como é o caso mais frequentemente, são submetidos a regras de organização. Elas operam em dois níveis: as regras que governam os gêneros de discurso em vigor em um grupo social determinado (consulta médica, *talk-show*, romance, tese de doutorado...) e as regras, transversais aos gêneros, que governam um relato, um diálogo, uma argumentação, uma explicação...

O discurso é **uma forma de ação**

Considera-se que falar é uma forma de *ação* sobre o outro, e não apenas uma representação do mundo. Nesse ponto, a linguística retoma a tradição retórica, que constantemente acentuou os poderes da fala. A problemática dos "atos de linguagem" (também chamados "atos de fala" ou "atos de discurso"), desenvolvida a partir dos anos 1950 pelo filósofo da linguagem J. L. Austin (1962), e depois por J. R. Searle (1969), mostrou que toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, perguntar...) que visa modificar uma situação.

Num nível superior, tais atos elementares se integram a gêneros de discurso determinados, que são outras formas de atividades socialmente reconhecidas. Inscrevendo assim o discurso entre as atividades, facilita-se relacioná-las com as atividades não verbais.

O discurso é *interativo*

A atividade verbal é, na realidade, uma *interatividade* que envolve dois ou mais parceiros. A manifestação mais evidente dessa interatividade é a troca oral, onde os interlocutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre ele. Poder-se-ia objetar que existem também tipos de enunciação oral que não parecem de forma alguma “interativas”: é o caso, por exemplo, das conferências, e, *a fortiori*, dos textos escritos. De fato, não se pode reduzir a *interatividade* fundamental do discurso à conversação. Qualquer enunciação, mesmo que produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que parece passivo, se dá em uma interatividade constitutiva. Qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação à qual alguém constrói seu próprio discurso. Nesta perspectiva, a conversação é um dos modos de manifestação — mesmo que seja sem dúvida fortemente dominante, do ponto de vista quantitativo — da interatividade fundamental do discurso. Se for assim, um termo como “destinatário” parece insatisfatório, porque pode dar a impressão de que a enunciação é apenas a expressão do pensamento de um locutor que se dirige a um destinatário passivo. É por isso que alguns preferem falar de “interactantes”, de “colocutores”, ou, ainda, de “coenunciadores”.

O discurso é *contextualizado*

Não diremos apenas que o discurso intervém *em* um contexto, como se o contexto não passasse de uma moldura, de um cenário: fora de contexto, não se pode atribuir um sentido a um enunciado. Fala-se, frequentemente, a este propósito, de “indicialidade”. Em filosofia da linguagem, expressões indiciais (*eu, tu, ontem, aí...*) têm como característica serem por natureza semanticamente incompletas, de só terem referente mediante a enunciação singular em que são empregadas.

Por extensão, a indicialidade permite representar a incompletude radical das palavras, que devem ser indexadas a uma situação de troca linguística, um contexto particular, para alcançar um sentido que se poderia dizer “completo” (o que não implica que esse sentido seja claramente determinável).

O discurso é *assumido por um sujeito*

O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário (fenômeno da “modalização”). Ele indica, especialmente, quem é o responsável pelo que ele diz: um enunciado bem elementar como “Chove” é estabelecido como verdadeiro pelo enunciador, que se situa como o responsável, como o fiador de sua verdade. Mas esse enunciador poderia ter modulado seu grau de adesão (“Talvez possa chover”), atribuir a responsabilidade pelo enunciado a outro (“Segundo Paulo, vai chover”), comentar sua própria fala (“Sinceramente, acho que chove”) etc. Ele poderia até mesmo mostrar ao coenunciador que apenas finge assumir o enunciado (no caso de enunciações irônicas). Mas, de uma perspectiva da análise do discurso, esta dupla assunção não implica que se considere o sujeito como o ponto de origem soberana de “sua” fala. A fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual ela provém.

O discurso é *regido por normas*

A atividade verbal, tanto quanto qualquer comportamento social, é regida por normas. No nível elementar, cada ato de linguagem implica normas particulares; um ato aparentemente tão simples como uma pergunta, por exemplo, implica que o locutor ignore a resposta, que essa resposta o interesse, que ele acredite que o indivíduo a quem a pergunta é feita possa respondê-la etc. Existem, além disso, normas (“máximas conversacionais”, “leis do discurso”, “postulados conversacionais”...) que regem todas as trocas verbais: ser compreensível, não se repetir, dar informações apropriadas à situação etc. Além disso, como vimos, os gêneros de discurso são conjuntos de normas que suscitam expectativas nos sujeitos engajados na atividade verbal.

Mais fundamentalmente, nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar de uma forma ou de outra seu direito de se apresentar tal como se apresenta. Trabalho de legitimação inseparável do exercício da fala.

O discurso é assumido no bojo de um **interdiscurso**

O discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. O simples fato de organizar um texto em um gênero (a conferência, o jornal televisivo...) implica que o relacionemos com os outros textos do mesmo gênero; a menor intervenção política só pode ser compreendida se se ignorarem os discursos concorrentes, os discursos anteriores e os enunciados que então circulam nas mídias.

Algumas correntes defendem o primado do interdiscurso sobre o discurso. É em particular o que se dá com os pesquisadores inspirados em M. Bakhtin, que inscrevem todo enunciado num "dialogismo" generalizado; este princípio recusa o fechamento do texto, aberto aos enunciados exteriores e anteriores, cada enunciado participando assim de uma cadeia verbal interminável. É também o caso de numerosos analistas do discurso franceses inspirados em J. Lacan ou em L. Althusser, para os quais qualquer enunciação é dominada por um interdiscurso que a atravessa sem que ela se dê conta disso; algo que uma fórmula de M. Pêcheux resume bem: "Isso fala sempre alhures e antes". Nesses dois casos, existe uma relação estreita entre a afirmação do primado do interdiscurso e certa concepção do sujeito falante; a fala nunca é concebida como o lugar em que a individualidade se põe soberanamente: cada locutor está tomado pela sedimentação coletiva das significações inscritas na língua (Bakhtin), o sujeito está submetido a um descentramento radical, ele não pode ser a origem do sentido (Pêcheux).

O discurso **constrói** socialmente o sentido

Este postulado diz respeito tanto às interações orais entre duas pessoas quanto às produções coletivas destinadas a um público amplo.

O sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis.

Segundo a perspectiva que lhe é própria, cada corrente, ou cada pesquisador, vai pôr em primeiro lugar um ou outro dos *leitmotiven* associados ao termo “discurso”, sem com isso excluir os outros, que ficam em segundo plano. A noção de discurso constitui, assim, uma espécie de invólucro comum para posições às vezes fortemente divergentes. Estamos mais numa lógica do “clima familiar” do que na de um núcleo de sentido que seria comum a todos os usos.

Mas, mesmo sendo muito instável, o uso de “discurso” é carregado de desafios. Ele permite que os pesquisadores se posicionem, tracem uma fronteira com os procedimentos concorrentes. A natureza dessa fronteira varia, evidentemente, conforme as correntes implicadas. Por exemplo, os adeptos de psicologias de inspiração discursiva (Potter e Vetherell, 1987; Bronckart, 1996) rejeitarão as concepções da psicologia que, centradas no estudo dos estados mentais de indivíduos, marginalizam os processos de comunicação:

A análise do discurso é uma perspectiva radicalmente nova que tem implicações sobre o conjunto das questões psicossociológicas [...] os outros métodos se recusaram a levar em conta ou mascararam o caráter ativo, construtor do uso da linguagem na vida cotidiana (Potter e Wetherell, 1987: 6).

Vê-se que o emprego de “discurso” tem um duplo alcance. Permite, ao mesmo tempo, designar *objetos* de análise (“o discurso da imprensa”, “o discurso dos médicos”...) e mostrar que se adota um determinado *ponto de vista* sobre eles. Dizer, por exemplo, que esse panfleto ou aquele jornal são um discurso é também mostrar que eles são considerados *como* discursos, mobilizadores de certas ideias-força. Falando do “discurso do panfleto”, indica-se que não se vão analisar somente conteúdos, uma organização textual ou procedimentos estilísticos, mas que se vai relacionar este enunciado a um dispositivo de comunicação, às normas de uma atividade, aos grupos que dele extraem sua legitimidade etc. Da mesma forma, quando se olha para a literatura

literat
como discurso (Maingueneau, 2004a), é-se levado a contestar a divisão tradicional dos estudos literários em duas vertentes: uma que se volta para o texto, encarado em si mesmo, e outra para o contexto (a vida do autor, um ou outro aspecto da época na qual ele viveu).

Para dar uma medida da plasticidade do termo "discurso", convém evitar duas atitudes que poderiam ser qualificadas, uma de "cética", outra de "terapêutica". A atitude cética consiste em renunciar a dar a menor consistência semântica à palavra "discurso", em contentar-se com o registro de seus usos, explicando-os pelos interesses dos que a utilizam. A atitude terapêutica, por sua vez, acaba por desqualificar os empregos de "discurso" que não seriam definidos rigorosamente e unívocos.

De fato, é inevitável que, nas ciências humanas e sociais, múltiplas correntes ou disciplinas se alicercem sobre diversas "palavras-chave", cujo significado os pesquisadores não possam controlar totalmente. E isso é ainda mais evidente quando se trata de uma noção que atravessa múltiplos campos do saber. Da mesma maneira, nos anos 1960, a noção de "estrutura" oscilava entre os usos relativamente técnicos, particularmente em linguística, e os usos pouco controlados no conjunto das ciências humanas e sociais e na filosofia. O que não o impediu de renovar as abordagens de várias disciplinas.

2.3 • Teoria do discurso e análise do discurso

def
Quem se considera filiado à problemática discursiva associa intimamente língua (mais amplamente, os recursos semióticos disponíveis em uma sociedade), atividade comunicacional e conhecimento (os diversos tipos de saberes, individuais e coletivos, mobilizados na construção do sentido dos enunciados). Fazendo isso, a análise do discurso se distingue de outras disciplinas, que privilegiam uma só das três dimensões: os sociólogos acentuam a atividade comunicacional; os linguistas privilegiam o estudo das estruturas linguísticas ou textuais; os psicólogos enfocam as modalidades e as condições do conhecimento.

Refletir em termos de discurso é, então, necessariamente, articular espaços disjuntos, como já o sublinhava Foucault em *A arqueologia do saber*, quando situava seu empreendimento entre "realidade" e "língua", "as palavras" e "as coisas":

Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os discursos propriamente ditos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. [...]. Tarefa que consiste em não — não mais — tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas.

Aqui, o “discurso” não é apresentado como um território circunscrito, mas como um espaço incerto entre dois maciços, lá onde se “desfazem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas”, entre a linguagem e o mundo. A proliferação incontável da noção de discurso aparece como o sintoma de uma abertura, nas últimas décadas do século XX, desse espaço incerto.

A situação dos “discursivistas”, dos especialistas em discurso, está longe, então, de ser confortável. Eles têm de fazer esforços constantes para não reduzir o discursivo ao linguístico ou, inversamente, para não deixá-lo ser absorvido pelas realidades sociais ou psicológicas. Essa posição constitutivamente desconfortável não deixa de evocar o estatuto singular da filosofia. Não por acaso alguns dos principais inspiradores da análise do discurso são filósofos, ou pensadores que não podem ser encerrados em uma disciplina. Como a análise do discurso, a filosofia é um espaço de alguma maneira suplementar em relação às disciplinas que têm um objeto circunscrito; o que lhes confere ao mesmo tempo um potencial crítico considerável e as expõe à suspeita daqueles que operam no interior de territórios delimitados.

Não é de se estranhar que se tenha desenvolvido uma “teoria do discurso” — distinta da análise do discurso propriamente dita — que participa da discussão filosófica.

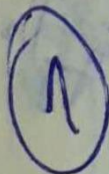
Esta “teoria do discurso” agrupa projetos intelectuais que combinam de diversas maneiras preocupações advindas do pós-estruturalismo, dos “*cultural studies*” e do construtivismo. Eles questionam

Teoria D.

 os pressupostos das ciências humanas e sociais, em particular sobre a subjetividade, o sentido, o poder, a diferença sexual, a escrita, a dissidência, o pós-colonialismo... A principal referência, nesse sentido, é, sem dúvida, Michel Foucault. Podem-se também mencionar os trabalhos de J. Butler (1990, 1997) ou de G. C. Spivak (1987, 1990, 1999) que, no cruzamento da filosofia, do feminismo e do marxismo, se dedicam a criticar os paradigmas ocidentais. No domínio das ciências políticas, evocaremos a teoria pós-marxista da "hegemonia", defendida por E. Laclau e C. Mouffe (1985), muito influenciados por L. Althusser e J. Lacan.

 Essa orientação filosófica crítica está presente desde as origens dos estudos de discurso. Vimos que, na França, no final dos anos 1960, coexistiram abordagens de orientação linguística e abordagens como a de M. Pêcheux, que visava fundar "uma teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos" (Pêcheux e Fuchs, 1975: 8), uma teoria que não se deixava encerrar em nenhuma disciplina ou teoria constituída, mas que pretendia *intervir* nelas. Pode-se igualmente aproximar dessa "teoria do discurso" a filosofia da comunicação de J. Habermas, que desenvolve, com base em uma pragmática transcendental, uma "ética da discussão" no quadro de um "agir comunicacional" (1981).

Mas a maioria absoluta dos discursivistas não trabalha no campo da teoria do discurso; são *analistas* do discurso, que, com auxílio de múltiplos métodos, estudam *corpora*. São os que me interessam nesta obra. Eles podem ser distribuídos em duas populações com objetivos distintos.


 Para a primeira, a análise do discurso é somente uma caixa de ferramentas no vasto conjunto dos "métodos qualitativos" das ciências humanas e sociais. Esses pesquisadores trabalham no interior de quadros definidos para a disciplina à qual pertencem: sociologia, história, ciências políticas, geografia... Eles apreendem o discurso como o que lhes oferece indícios que franqueiam ao pesquisador o acesso a "realidades" fora da linguagem. Tal procedimento tende a atenuar a fronteira entre as abordagens propriamente discursivas e outros métodos qualitativos, especialmente as técnicas de "análise de conteúdo"¹.

¹ Neste domínio, a obra de referência é a do especialista americano da comunicação B. Berelson, *Content Analysis in Communication Research* (1952). Ver também o manual de L. Bardin, *L'Analyse de contenu* (PUF, 2007, 1977).

crítica *AD*

que extraem sentido dos documentos criando categorias ligadas a seu conteúdo ou ao contexto de sua produção (a data ou o lugar de produção, o sexo dos produtores etc.). Isto levanta dificuldades; de fato, as problemáticas do discurso se legitimaram frequentemente por oposição aos pressupostos da análise de conteúdo. É o caso, por exemplo, de M. Pêcheux, que a recriminava por pretender "ter acesso ao sentido de um segmento do texto, atravessando sua estrutura linguística" (1969: 4), ou de N. Fairclough, para quem a análise de conteúdo tem "tendência a considerar a linguagem transparente, [...] a crer que o conteúdo social dos dados linguísticos pode ser lido sem prestar atenção à linguagem propriamente dita" (1992/2001: 20).

★

A segunda população agrupa os analistas do discurso que se pode dizer que são "canônicos", os que se interessam pela maneira pela qual, em uma sociedade determinada, a ordem social se constrói por meio da comunicação. Eles se esforçam para manter um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica. A maioria desses pesquisadores se ancora fortemente nas ciências da linguagem. Sua pesquisa pode visar esclarecer uma questão estritamente discursiva (sobre a definição ou a tipologia dos gêneros de discurso, a pertinência de tais métodos etc.), mas pode também ter como propósito responder a problemas sociais (em particular de ordem educacional, política, sanitária) ou de questionar outros campos de saber (por exemplo, o que é a filosofia quando apreendida como discurso?) (Cossutta, 1995).

7 e 1550